

Ex. mo Senhor Secretário de Estado,
Ex.mo Senhor Presidente da CM Coimbra
Ex.ma Senhora Presidente da CCDRC
Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal
Senhores Presidentes de Câmara
Senhores membros do Conselho Estratégico
Senhoras e Senhores convidados
Comunicação Social
Minhas Senhoras e meus senhores,

O que nos junta hoje aqui é a concretização de mais um passo de uma caminhada que devemos e que queremos fazer juntos.

Instala-se hoje o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, ficando assim completo, para a CIM Região de Coimbra, o naipe de órgãos que o artigo 82º da Lei 75/2013 prevê para as estruturas institucionais desta natureza.

Dispõe essa mesma lei que este Conselho Estratégico é um órgão de natureza consultiva, destinando-se a apoiar os outros órgãos da Comunidade nos respetivos processos decisórios. A sua composição integra representantes de instituições com relevante intervenção nos domínios de interesse intermunicipal.

Cumprido, portanto, antes de mais, e em nome da Comunidade, agradecer a todas as entidades que aceitaram o nosso convite para integrar o conselho Estratégico e reiterar a nossa firme convicção de que produzirão um trabalho de elevada qualidade em ordem ao desígnio que a todos nos une: o desenvolvimento e a afirmação da Região de Coimbra.

Mas a instalação de um órgão desta natureza tem um alcance mais profundo do que uma simples formalidade decorrente da lei.

O contributo que se pede ao Conselho Estratégico transforma este órgão numa peça central do modelo de governação de que a Comunidade Intermunicipal se pretende dotar, no quadro de referência que é proposto pelo acordo de parceria. É por isso que na constituição permanente do Conselho tivemos em conta todas as entidades relevantes e com um histórico sólido no que toca ao desenvolvimento das suas atividades no espaço de atuação da comunidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As dificuldades que coletivamente atravessamos, forçam os decisores políticos a uma reflexão muito exigente sobre as aplicações que se darão aos montantes de financiamento comunitário que estão previstos na programação que vigorará até 2020.

Temos todos a consciência de que, no passado, um conjunto diverso de fatores, conduziu, com demasiada frequência, a utilizações de duvidoso mérito dos fundos comunitários. Não é, hoje e aqui, o espaço e o tempo para essa avaliação minuciosa, mas é, sem dúvida, o momento em que, simbolicamente, ao nível da nossa Comunidade, procuramos começar a trilhar um caminho diferente e melhor.

Independentemente das correções e ajustamentos que haja ainda a fazer, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra congratula-se com o conjunto de propósitos e de métodos que o Acordo de Parceria integra. A conceção da “Estratégia de Desenvolvimento”, que foi aqui apresentada pelo Professor Augusto Mateus, tomou em linha de conta esse quadro de fundo de médio prazo e aponta as mais profícuas e promissoras linhas de desenvolvimento da Comunidade com o melhor uso possível da alavanca proporcionada pelo envelope de apoios europeus.

Enquanto Presidente do Conselho Intermunicipal cumpre-me dar especial destaque a dois aspetos importantes que a estratégia de desenvolvimento para o próximo período comporta. Saliento-os porque têm particular valor político e institucional e porque constituem importantes elementos de inovação a que urge dar bom seguimento.

O primeiro desses elementos respeita a uma mais profunda “chamada ao território” dos apoios comunitários e das políticas públicas em geral. Saúda-se muito vivamente essa opção. É nos territórios em concreto – com as suas potencialidades e atores mas também com as suas dificuldades particulares – que mais eficaz e

eficientemente se podem afirmar estratégias de desenvolvimento e lógicas articuladas de investimentos públicos, privados e mistos. Essa territorialização da base de trabalho implica – como se faz hoje – a convocatória dos principais agentes para o esforço de concepção, implantação em concreto, mas também de acompanhamento e avaliação de elenco de ações que se levarão a cabo. Trata-se, bem vistas as coisas, de tentar substituir uma lógica rígida e centralizada das políticas públicas por um “fato à medida” pensado, instituído e avaliado localmente. Será esse, estamos em crer, o desígnio e o sortilégio dos chamados “Investimentos Territoriais Integrados” em que começámos já a trabalhar.

O segundo desses elementos centra-se na eleição das regiões NUT III como o espaço de eleição dessa territorialização de políticas.

Cumprir começar por dizer que a figura da “Comunidade Intermunicipal” é ainda um tanto desconhecida da generalidade dos nossos concidadãos. Décadas de uma lógica “distrital” formataram profundamente a nossa forma de dividir o território e a reversão desse quadro mental será sempre um processo demorado. Além disso, importaria também que fosse claro um esforço de aproximação da malha desconcentrada da Administração Pública à nova realidade das comunidades intermunicipais. Esse movimento daria coerência, visibilidade e credibilidade a estas estruturas e facilitaria o processo da sua afirmação como espaços privilegiados de concretização de várias políticas públicas.

Em qualquer caso, regista-se com satisfação esta opção. As comunidades intermunicipais configuram-se, de facto, como espaços privilegiados para o diálogo e a construção política em base supramunicipal mas, ainda assim, a uma escala que permite um conhecimento detalhado das condições concretas em que vivem as populações e em que operam as empresas, as instituições do “terceiro sector” e a administração pública. Trata-se, dir-se-ia, de um justo equilíbrio entre um limite mínimo de massa crítica e a manutenção de uma dimensão humana e de proximidade nas decisões.

Vale a pena também dizer que é justamente essa proximidade que exige que não se ignore, no nosso caso, a diversidade que o território da comunidade comporta. Todos sabemos como co-habitam, na nossa região, espaços e estruturas de vanguarda e com grande potencial com zonas de baixa densidade onde as simples questões de acessibilidade aos serviços públicos essenciais se colocam de forma premente. Está aí um grande desafio quanto à nossa capacidade de modelar e de modular o nosso programa de investimentos às condições de heterogeneidade com que somos confrontados.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Termino reiterando o nosso mais profundo agradecimento a todos aqueles que se dispuseram, neste Conselho Estratégico, a connosco colaborar e faço votos para que, no final deste período de

programação, possamos congratular-nos com o trabalho desenvolvido. Que todas as ações que se levem a cabo concorram para o desenvolvimento da nossa região numa ótica que aproveite as suas capacidades humanas e materiais já instaladas, que proteja, valorizando, os seus magníficos recursos naturais e que não deixe nenhum cidadão de fora da rede de solidariedade que temos de manter e alargar. Este é o esforço para que somos convocados. A bem de cada um, a bem da região, a bem de Portugal. Disse!